

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 499.375 - SP (2019/0077434-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : LETICIA CRISTINA SILVA FLAVIO (PRESO)
ADVOGADO : RITA MARIA FAGGIONI - SP111949
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO DELITO DESCRITO NO ART. 35 DA LEI DE DROGAS. ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS. VIA IMPRÓPRIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. MANTIDA A CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO. MOTIVAÇÃO CONCRETA A JUSTIFICAR A NÃO APLICAÇÃO DO REDUTOR. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A via estreita do *habeas corpus* não permite o revolvimento da matéria fático-probatória em discussão, mormente quando demonstrado pela instância de origem a estabilidade e permanência necessárias para a condenação pelo referido crime de associação para fins de tráfico.
2. É pacífico o entendimento nesta Corte Superior de que a condenação também pelo crime de associação para o tráfico de drogas afasta o benefício previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343.2006, pois pressupõe a dedicação do agente à atividade criminosa.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Presidente e Relator

